

Os exames foram feitos e, depois de dez anos, estamos recebendo os primeiros resultados. Os laudos estão apontando contaminação. É semelhante aos casos de Paulínia e do Recanto dos Pássaros. Só que o Recanto dos Pássaros são chácaras, que abrangem menos famílias. Na Vila Carioca, milhares e milhares de pessoas se contaminaram. É a maior contaminação mundial, acredito, que tenha ocorrido. O ex-Presidente da República, Lula, morou no Ipiranga, na região da Vila Carioca.

Hoje, percebemos que há um grande número de pessoas contaminadas com câncer, com doenças graves. Infelizmente, a Justiça não conseguiu punir essas empresas que tanto contaminaram e tantos malefícios causaram ao povo de Paulínia e da Vila Carioca.

A CPI terminou, levamos o resultado aos órgãos competentes. A Justiça tarda, mas não vai faltar. Com certeza, vendo esses laudos, a Shell vai ter que se responsabilizar. Nos Estados Unidos, numa contaminação semelhante, houve a punição das empresas que contaminaram. Nosso País está engatinhando em termos de consciência ambiental, mas, se Deus quiser, iremos fazer com que essas empresas que contaminam sejam responsabilizadas e tratem, principalmente, das pessoas que adquiriram graves doenças.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CELSO GIGLIO - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra o nobre Deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Geraldo Vinholi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Marco Aurélio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Carlos Bezerra Jr. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Milton Leite Filho. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Rodrigo Morais. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Edson Ferrarini.

O SR. EDSON FERRARINI - PTB - Sr. Presidente, pela manhã, estivemos na Secretaria do Meio Ambiente. A informação é boa para todos nós, paulistas, que comemos peixe. Por uma defasagem, por um erro na legislação brasileira, o peixe, em São Paulo, era mais caro porque o Estado de Santa Catarina facilitava muito a venda e a compra do peixe.

Na Secretaria do Meio Ambiente, estavam o Secretário Bruno Covas e a Secretária Mônica Bergamaschi, da Pasta da Agricultura e Abastecimento, para um encontro muito importante para a pesca e a aquicultura. Essa última abrange o camarão, a ostra.

Lá, estava o Deputado Sebastião Santos, brilhante parlamentar, que faz parte da Frente Parlamentar em Defesa da Pesca e Aquicultura. Estavam também o Coronel Nomura, da Polícia Ambiental, e representantes de várias entidades ligadas ao setor. Entre as pessoas que lá estavam, cito o Sr. Fernando Ferreira, Presidente do Conepe, Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura; Sr. José Ciaglia, Presidente do Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado de São Paulo; Sr. Tsuneo Okida, Presidente da Federação dos Pescadores do Estado de São Paulo; Sr. Roberto Imai, Presidente da Indústria de Pesca do Estado de São Paulo; Sr. Giro Yamada, Presidente dos Comércio Atacadistas de Pescados do Estado de São Paulo; Sr. Edgar Ayres da Paixão, do Sindicato dos Pescadores do Estado de São Paulo; Sr. José Pereira de Souza, do Comércio dos Atacadistas de Pescados do Estado de São Paulo; Sr. Heiji Tamada, Diretor da Itiban Pescados; Sr. Ismael Coelho, Armador de pesca (Miami Pescados); Sr. Wagner Camis, da Associação Brasileira dos Criadores de Organismos Aquáticos, Abracoa; Sr. Daniel de Luca, do Frigorífico Jahu Ltda.; Sr. Eduardo Haiek, Presidente da Apesp; Sr. Robson Coringa, Presidente da Sincaesp; Sr. José Pinheiro, Presidente da Sindicar; Sr. Marco Antonio Febrizzi, do Sindicato da Indústria da Pesca do Estado de São Paulo; Sr. Edivando Soares de Souza, Presidente da Colônia de Pescadores de Barra Bonita; Sr. Carlos Alberto de Souza, armador de pesca; Sr. José Gilsemar da Silva, da Itiban Pescados.

Sou o Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Pesca e Aquicultura, e posso garantir que a partir da criação desta Frente, no dia 17 de maio de 2010, mudamos a feição da Pesca no Estado de São Paulo, que estava abandonada. Eu iniciei com uma Sessão Solene neste plenário para comentarmos o problema da pesca em âmbito nacional. Representantes de vários setores aqui estiveram. Fomos então à Secretaria da Agricultura, levamos os representantes e contamos ao secretário o que precisava. Os senhores não imaginam. O Governador Goldman, 15 dias depois, assinou o Decreto 56.031, com cinco páginas do Diário Oficial, mudando e regulamentando a situação da Pesca, mas com algumas defasagens. Algumas coisas precisavam ser modificadas. Os pescadores reclamavam da fiscalização da Polícia Ambiental. Levei todos eles ao Coronel Nomura, que é o Comandante da Polícia Ambiental de São Paulo, e tive o privilégio de ouvir o meu amigo, Coronel Nomura, dizer: “Se o problema é da Polícia Militar, resolverei agora. Se for da legislação, vamos estudar.” E o problema estava na legislação. Falei com o Governador Geraldo Alckmin e ele se mostrou muito preocupado em atender este setor. E assim foi evoluindo. O problema passou para a Secretaria do Meio Ambiente, que tinha de fazer alguma regulamentação. Acompanhando este grupo de interessados, fui recebido pelo brilhante Secretário Bruno Covas. A Assembleia Legislativa perdeu um deputado, mas o Estado ganhou um Secretário muito competente e merecedor de todos os nossos elogios. Ele estudou profundamente o setor pesqueiro e marcou hoje o Seminário da Pesca e Aquicultura, quando mostrou a grande confusão. Sabem quantas leis federais regulam o problema da Pesca em São Paulo? São 341 normas federais, 23 normas estaduais e 161 normas legais que dizem respeito exatamente ao pescador. Se as pessoas que lá estavam tinham dificuldade em entender a legislação, imaginem então o pescador, que tinha de entender se a APA é do centro, do norte, do sul. Há leis que regulam o problema da Pesca em São Paulo que nem foram postas em prática, mas que já estão obsoletas e superadas.

No Art. 4º deste Decreto 56.031 constam as espécies em extinção. E vimos que 50% das multas que a Polícia Militar é obrigada a aplicar é em relação ao problema do pacu, que é um peixe considerado espécie em extinção. E não é. E hoje isso vai ser modificado e 50% da legislação foi alterada. E neste seminário o Secretário Bruno Covas e a Secretária Mônica Bergamaschi assinaram uma resolução conjunta, que constitui grupos de trabalho intersecretarial para elaborar subsídios, revisar a legislação estadual, e que, em São Paulo, não se pague um peixe muito mais caro do que em Santa Catarina.

Os senhores não imaginam o quanto o Governador do Estado está interessadíssimo em mudar a legislação, preservando o meio ambiente, mas permitindo que o pescador de São Paulo tenha dignidade. Por que o pescador não pode ter o auxílio do governo para comprar um barco? Por que o pescador é abandonado? Tudo isto nós mudamos.

Eu sou presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Pesca e Aquicultura aqui em São Paulo.

Muito obrigado, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CELSO GIGLIO - PSDB - Srs. Deputados e Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre Deputado Fernando Capez. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Adilson Rossi. (Pausa) Tem a palavra o nobre Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Rui Falcão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Samuel Moreira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Donisete Braga.

O SR. DONISETE BRAGA - PT - Agradeço e cumprimento o Presidente desta sessão, o nobre Deputado Celso Giglio, saúdo os Parlamentares em plenário, os telespectadores da TV Alesp e os nossos servidores. Quero registrar o que também já foi mencionado aqui pelo Deputado Jooji Hato: os problemas de saúde enfrentados por pessoas que muitas vezes os adquirem através do lixo que causa doenças, inclusive cancerígenas.

Acompanhamos no último sábado, em São Bernardo do Campo, a volta do nosso ex-Presidente Lula que teve participação importante nesta obra inaugurada pelo Prefeito Luiz Marinho, o Centro de Educação Unificada - o CEU, localizado na Vila São Pedro, que vai atender cinco mil alunos desta cidade.

Eu quero, Sr. Presidente, não só fazer o registro pela importância do ato em si, mas também pelo processo de concepção e amadurecimento político que uma prefeitura pela importância e relevância que representa e que significa São Bernardo do Campo e aqui parabenizar muito a iniciativa do Prefeito Luiz Marinho, que em seu governo sempre pregou o processo de inclusão social.

Quando se inaugura um espaço daquele tamanho, com capacidade para atender cinco mil alunos, sem dúvida alguma, inicia-se o processo de valorizar e investir para a aquisição de conhecimento, formação e capacitação para os nossos jovens da Região do ABC, do Estado de São Paulo e do Brasil.

Esta é uma concepção que temos tratado sempre enquanto política para impedir que a nossa juventude ingresse no crime, na violência urbana e nos vícios que muitas vezes por falta de alternativa, lamentavelmente, essa juventude acaba ingressando.

Ao presenciar a inauguração deste espaço integrado que além do processo de formação educacional, está relacionado ao processo cultural já que naquele local tem um espaço de cultura, tem piscina e toda uma estrutura de inclusão, especialmente à população da periferia, que nunca teve a oportunidade de ter um espaço tão nobre, tão importante e tão bonito como esse CEU que foi inaugurado com o nome da senhora Regina Rocco Casa, mãe da ex-primeira-dama Marisa, que também esteve presente. Lá esteve também Dona Marisa, a nossa senadora da República - aliás, ela foi a idealizadora dessa proposta de investir nos CEUs, Centro Educacional Unificado, aqui na capital quando prefeita de São Paulo - e o ex-Ministro da Educação no governo do Presidente Lula Fernando Haddad.

Portanto, congregar investimentos, resgatar a história para vencer o tempo perdido no que diz respeito a investimentos na área da Educação, é você estabelecer um processo de dignidade a um povo que necessita desse instrumento de formação e qualificação.

Com este ato do Prefeito Luiz Marinho no sábado, ganha não só a Cidade de São Bernardo. Ganha o Estado de São Paulo, ganha o Brasil.

Queremos que os municípios brasileiros tenham condições de investir num equipamento público que resgate a Educação no Brasil; queremos que os nossos jovens tenham uma escola pública de qualidade; queremos que os nossos educadores possam ter um salário digno, uma qualificação adequada e, acima de tudo, que a nossa juventude possa ter condições de um dia poder sentar no banco de uma universidade e a partir daí agregar mais conhecimento para os próximos profissionais do nosso Estado, especialmente do nosso País.

O SR. PRESIDENTE - CELSO GIGLIO - PSDB - Tem a palavra a nobre Deputada Vanessa Damo. (Pausa.)

Esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Olímpio Gomes.

O SR. OLÍMPIO GOMES - PDT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, cidadãos que nos acompanham pela TV Alesp, peço que V. Exa., Sr. Presidente, como vice-Presidente desta Casa, transmita ao Presidente efetivo Deputado Barros Munhoz e ao 2º Secretário Deputado Aldo Demarchi os nossos cumprimentos por terem recebido hoje em audiência o novo Comandante-Geral da Polícia Militar Coronel Roberval Ferreira França.

Tive oportunidade de acompanhar esta audiência e vi o respeito e a consideração para com a instituição policial militar que os dois representantes da Mesa da Assembleia Legislativa demonstraram ter com o novo comandante-geral, colocando a Assembleia Legislativa e a força da Assembleia à disposição do fortalecimento da Instituição, como abrindo espaço para que a Polícia Militar possa trazer os seus pleitos e necessidades.

Também quero manifestar a satisfação de ter ouvido do Presidente da Casa e do 2º Secretário o reconhecimento do trabalho que vem sendo desenvolvido aqui na Casa pelo Coronel Navarro, Chefe da Assistência Militar, e todos os seus valorosos policiais militares.

Quando se tem troca de comandos na Polícia Militar, às vezes há trabalho ou falta de trabalho para alguns e muitos são aqueles que querem desestabilizar o que está sendo bem feito e o que está correto, e para minha felicidade ouvi do Presidente da Casa a satisfação com o trabalho e com o profissionalismo do Coronel Navarro, bem como do próprio Comandante Geral da confiança que tem no Coronel Navarro, como um grande apoio para o seu comando. Faço questão de deixar isso bastante público.

Tivemos, juntamente com o Comandante, a oportunidade de ouvir do Presidente da Assembleia Legislativa, da simpatia dele a um projeto de resolução que apresentamos nesta Casa, para que policiais tanto civis, quanto militares, que prestam serviço nesta Casa, permaneçam no máximo por dez anos, para que incorporem suas gratificações e dêem espaço para outros, e assim oxigenando os quadros da Assembleia Legislativa.

Tenho certeza de que vamos perseverar para que seja aprovado rapidamente esse projeto de resolução, para que outros policiais civis e militares tenham igual oportunidade de trabalharem aqui na Assembleia Legislativa, convivendo em ambiente diferenciado em relação às funções normais do policial militar. Até para abrirerm seus horizontes, em relação à visão política e a visão que a política tem da instituição e das ações policiais militares.

Fiquei bastante satisfeito com a audiência extremamente amistosa. Quero desejar aos novos comandantes da polícia militar, ao Coronel Roberval, ao Coronel Camilo, e a todos os outros comandantes que estão sendo remanejados e até alguns que serão promovidos pela passagem para a inatividade de coronéis que estão passando e deverão passar ainda para a inatividade.

E dizer da nossa esperança, não só como policial militar da reserva, mas como cidadão, de que as nossas instituições, principalmente as instituições policiais, tanto a Polícia Civil e a Polícia Militar, estejam sempre fortalecidas, estejam sempre firmes, que passem ao cidadão a necessária sensação de segurança. E não basta dizer “tenha essa sensação”, é preciso atos concretos que transmitam ao cidadão essa segurança.

Essa é a nossa luta. Está aqui o Coronel Edson Ferrarini, que há mais de 40 anos no serviço policial militar, até muito mais, pois ele é filho de policial militar, deve ter nascido na Cruz Azul, o cachorro foi treinado no canil da polícia militar, então sabe da nossa satisfação quando temos uma expectativa positiva de crescimento e engrandecimento.

Nesse momento, agradeço ao Presidente e ao 2º Secretário porque tenho certeza de que esse é o pensamento dos 94 Deputados, que eles expressaram nessa manhã. Desejo toda sorte aos novos diligente da Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE - CELSO GÍGLIO - PSDB - Tem a palavra o nobre Deputado Fernando Capez. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Edson Ferrarini, pelo tempo regimental.

O SR. EDSON FERRARINI - PTB - Sr. Presidente em exercício, Deputado Celso Giglio, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, realmente a fala do Deputado Olímpio Gomes, que assim como eu servimos na Polícia Militar durante tantos anos e esses muitos anos de trabalho e dedicação na nossa folha corrida, por isso conhecemos profundamente as dificuldades do soldado. A dificuldade salarial, a sua dificuldade para que às quatro horas da madrugada vá prender um bandido seja lá onde for – quando toca o telefone 190 você não imagina o que lhe espera; essa é a vida do policial militar. Meu pai foi da Polícia Militar, o Major Olímpio também e tem uma folha corrida brilhante. Mas é bom saber que tiramos o bandido de circulação, mas é preciso que haja legislação que o mantenha na cadeia. Não podemos enxugar gelo como fazemos todos os dias, o mesmo bandido preso cinco, 10, 20 vezes, não porque ele deu dinheiro na delegacia, não; é porque a legislação é frouxa. Aqui no Brasil o crime compensa. O cidadão faz as contas: vou tentar assaltar um banco, por quantos anos vou ser condenado? Se for, eu terei tais e tais benefícios. O bandido já paga um advogado para ficar de plantão esperando, esperando para poder dizer o que ele vai fazer. O advogado já está de plantão, ali à disposição. Então, é impossível manter a segurança.

Queremos que os cidadãos saibam que a nossa Polícia Militar é uma das melhores do mundo, a melhor do Brasil, embora não seja a mais bem paga do país. Uma das soluções imediatas seria o Governador aplicar na Polícia de São Paulo a PEC 300, um piso salarial igual ao do Distrito Federal. A Polícia Militar de São Paulo - criam os senhores - tem 23 helicópteros, 16 mil viaturas, mais de 120 unidades, 100 mil homens.

Então, por essa razão, essa corporação é o orgulho dos paulistas, mas é lá no Congresso Nacional que temos que endurecer as leis, porque o bandido sabe que ele está fazendo uma coisa errada. Há uma lei, o bandido aceita que o policial o enfrente, ele troca tiros, é normal. Há coisas que o mundo do crime não aceita. A esposa do bandido vai visitá-lo na cadeia; alguém molestar a sua esposa, isso não. O bandido preso, algo-mado levar uma bofetada, isso não, mas ele enfrentar o policial faz parte da vida do policial e da do delinquente.

A Polícia Militar de São Paulo lota as cadeias. Há necessidade de mais cadeias para São Paulo; há 11 em construção, outras 150 funcionando, mas precisamos de mais. Por isso a Polícia Militar está sempre presente.

Mudando de assunto, hoje cedo estive com o Secretário Bruno Covas e atendemos o setor da pesca de São Paulo. São Paulo estava abandonado na área da pesca, faltava entusiasmo. Criei a Frente Parlamentar da Pesca, da qual sou presidente. Lá estava o Deputado Sebastião Santos, a Secretária da Agricultura, e o Secretário Bruno Covas nos disse que a comissão nomeada hoje vai atender o pescador. São 341 leis federais que regulam o problema do pescado em São Paulo. Há 23 normas estaduais, 161 normas no total. Como é que aquele pescador que mal tem o curso básico é capaz de entender? Então vamos regulamentar tudo isso em São Paulo para que o nosso Estado não fique aquém de Santa Catarina, que está na nossa frente em termos de legislação pesqueira e da aquicultura: camarão, moluscos, ostras e por aí afora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CELSO GIGLIO - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotado o tempo destinado ao Pequeno Expediente, vamos passar ao Grande Expediente.

* * *

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. JOOJI HATO - PMDB - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, há pouco o nobre Deputado Major Olímpio nos comunicou a visita do Comandante Roberval Ferreira França e do Subcomandante Hudson Camile.

Aproveito a oportunidade para manifestar as boas-vindas. Esperamos que o novo Comandante dê uma nova esperança a todos nós, para o povo paulista, paulista e também o povo brasileiro, porque tudo o que se faz, de bom ou mesmo de ruim, no Estado de São Paulo, repercute no País inteiro. Portanto, é uma tarefa importante para o nosso Comandante Roberval.

Renasce uma esperança, pelo menos para mim. O novo Comandante pediu que façam blitz para examinar pessoas que saem dos botecos, embriagados e dirigindo. Que sejam procuradas nessas blitz, não só a documentação mas, acima de tudo, armas e drogas.

Temos 16 milhões de armas no País. Cerca de oito milhões estão nas mãos da Polícia Federal, Marinha, Aeronáutica, Exército e polícias, e cerca de oito milhões estão nas mãos dos marginais, armas contrabandeadas, armas roubadas, ilegais, com numeração raspada, armas que matam.

Comandante Roberval, gostaria que nessas blitz armas fossem procuradas e retidas, para que, junto com o Executivo e com esta Casa, possamos inutilizá-las em praça pública, para posterior divulgação na imprensa. Seria fundamental.

Peço também que cerque as fronteiras interestaduais, porque não conseguimos cercar nas fronteiras internacionais a vinda dessas armas, por exemplo, na Cidade do Leste, onde se compra um 38 por 700 reais, que é entregue no hotel, no lado brasileiro, em Foz do Iguaçu.

É de suma importância, porque economizariamos recursos do SUS, na área da Saúde, porque essas armas levam a ferimentos graves, levam a cirurgias, levam pacientes a UTI, a leitos que são escassos em qualquer cidade do País.

Desejo muito sucesso ao novo Comandante. Não podemos aceitar que moramos na maior cidade do Hemisfério Sul, aqui na Capital, no Estado mais forte da União, e vemos adolescentes empunhando uma metralhadora, assaltando pelas ruas, colocando as pessoas de joelhos. Assaltaram 11 apartamentos num só dia, no Paraíso. Por que essas pessoas estão com as armas? Levam nos carros, na cintura, e acabam assaltando. Não seria mais fácil tirar essas armas antes?

Quando adentramos o estádio, somos examinados, e lá dentro não acontece nada. Por que não fazemos em São Paulo como se fosse o estádio? É muito grande, tudo bem, mas vamos fazer as blitz nos pontos estratégicos, nos pontos de ônibus, nas portas dos botecos, dos forrós, nas entradas do metrô.

Nossa função, como médicos, é prolongar a vida, e não é possível prolongar a vida dessa forma, com tantas pessoas armadas, com armas ilegais, de numeração raspada.

Se fizéssemos blitz constantes em pontos estratégicos, como se faz na entrada dos estádios, com certeza absoluta, diminuiríamos a violência tão radical que assola o território nacional. Não é só em São Paulo, o País todo está vivendo assim. Vejam as notícias que vêm de Brasília! Assaltos a todo instante; comerciantes fechando as lojas e indo para outros lugares. É uma epidemia que queremos e devemos controlar.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários da Assembleia Legislativa, voltamos à tribuna para falar sobre o apagão dos transportes sobre trilhos que está vivendo o Estado de São Paulo.

Desde o dia 15 de março do ano passado, fui incumbido pelo Partido dos Trabalhadores de acompanhar a Comissão de Finanças e Orçamento, da qual sou vice-Presidente. Tenho me atentado, a cada semestre e ao final do exercício, a acompanhar os investimentos do Estado em relação à Sabesp, à agricultura, à CDHU e principalmente à CPTM, em virtude do apagão que tem se estruturado no transporte sobre trilhos do Estado.

Há várias semanas consecutivas têm ocorrido problemas não só nos trilhos, como também na manutenção, nas composições, atrasos constantes. A população tem sofrido bastante com os atrasos da CPTM e do Metrô.

O que tem por trás desse apagão do transporte sobre trilhos? Em primeiro lugar, foi uma irresponsabilidade de sucessivos governos do PSDB - Geraldo Alckmin, José Serra, Geraldo Alckmin novamente. A cada ano, o investimento para a CPTM e o Metrô tem se reduzido. No ano passado, a arrecadação do Estado aumentou 11 por cento. No entanto, pasmem, reduziu-se o investimento na CPTM de 2011 para 2012, e também de 2010 para 2011!

Além disso, não houve só uma redução do investimento na CPTM e no Metrô, como também o recurso que estava destinada para investimento, no exercício de 2011, não foi utilizado na totalidade. A CPTM e o Metrô deixaram de utilizar dois bilhões de reais no ano passado.

Não é à toa que o Estado de São Paulo passa por um apagão, como aconteceu em 1998, no Governo Fernando Henrique Cardoso, porque se deixou de investir em energia no País. No Estado de São Paulo, estamos vivendo o mesmo apagão que aconteceu lá atrás, quando o Brasil foi governado pelo PSDB. Agora, estamos vivendo isso no nosso Estado, que vem sendo governado de forma sucessiva pelo PSDB.

Volto a reforçar, Sr. Presidente, que esse apagão é em virtude da irresponsabilidade do PSDB, que não tem uma política estruturada de transporte sobre trilhos. São governos sucessivos que deixaram de investir no Metrô, na CPTM, e hoje a população está vivenciando o apagão, o caos no transporte sobre trilhos. Ouvimos o Governador falar que vai levar o trem até Sorocaba, até Jundiá!, mas quando olhamos o Orçamento do Estado não há recurso apresentado. Há possibilidade no PPA, mas no exercício para 2012 não tem recurso para levar o trem até Sorocaba e Jundiá!. O trem proposto a partir de São Paulo não chega até Guarulhos. E estamos debatendo regiões metropolitanas, discutindo aglomerados, as macrometrópoles. Mas, do jeito que está, com a irresponsabilidade do PSDB no Estado de São Paulo que vem governando o nosso Estado de forma sucessiva, tem demonstrado irresponsabilidade e incompetência de fazer uma boa gestão no transporte sobre trilhos.

Queremos que o recurso que está destinado de fato para o Metrô e para a CPTM seja utilizado não só em 2012, mas também o que não foi utilizado em 2011 para ver se diminui o sofrimento do povo do Estado de São Paulo. Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CELSO GIGLIO - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência, cumprindo determinação constitucional, adita a Ordem do Dia o Projeto de lei 1055/2011, vetado.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão do dia 12 de abril, e o aditamento anunciado, lembrando-os ainda da Sessão Solene a realizar-se hoje, às 20 horas, com a finalidade de comemorar o Dia do Contabilista.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 41 minutos.

* * *

Atos Administrativos

ATO DE MESA

DE 24/04/2012

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, DECIDE que o benefício do vale-refeição, instituído pela Resolução nº 784/1997, passa a ter o valor diário de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais).

Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2012.

(Ato nº 08/2012);

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, e nos termos do artigo 2º, caput, e de seu § 2º, da Lei Complementar nº 1.011, de 16 de julho de 2007, DECIDE elevar o valor do auxílio-alimentação de que trata o diploma legal referido para R\$ 235,00 (duzentos e trinta e cinco reais).

Este Ato entra em vigor na dada de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2012.

(Ato nº 09/2012);

DECISÕES DA MESA

DE 24/04/2012

NOMEANDO, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar nº 1.136, de 25 de abril de 2011:

LUCIENE DE SOUSA GALLO, RG nº 33767565, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de RENATA VIEIRA POLETI.

(Decisão nº 986/2012);